MILITAR — RESERVA E REFORMA-PATENTE — PORTE DE ARMAS

— O Estatuto dos Militares, quando assegura aos oficiais o direito ao porte de armas, sem licença refere-se aos oficiais da ativa, pois se trata de um privilégio concedido em razão da função. Os demais oficiais, só quando convocados, gozarão de igual direito, pois, fora disso, na reserva ou reformados, se acham integrados na vida civil.

— Para efeitos penais, os militares da reserva e os reformados não se equiparam aos militares da ativa e sim aos civis.

— A garantia constitucional das patentes nada tem a ver com o porte de armas sem licença nas atividades da vida civil, direito que é regulado, a bem do interesse coletivo, pela lei ordinária e que esta poderia restringir até mesmo no tocante aos oficiais da ativa, quando fora de sua atividade militar.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Recorrente: Arlindo João Dreher

Recurso extraordinário criminal n.º 18.405 — Relator: Sr. Ministro

LUÍS GALLOTTI

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso extraordinário criminal n.º 18.405, do Rio Grande do Sul, em que é recorrente Arlindo João Dreher e recorrida a Justiça, decide o Supremo Tribunal Federal, em 1.ª Turma, não conhecer do recurso, unânimemente, de acôrdo com as notas juntas.

D. F., 18-6-1951. — *Barros Barreto*, presidente. — *Luís Gallotti*, relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Luís Gallotti* — O Ministério Público, em Pôrto Alegre, ofereceu denúncia contra o Tenente Alfredo Ribeiro da Silva e contra o advogado Arlindo João Dreher, como incursos, o primeiro no art. 121 combinado com o art. 12, n.º II, do Código Penal e o segundo nos artigos 19 e 21 da Lei de Contravenções Penais.

Houve desclassificação de crime de tentativa de homicídio atribuído ao 1.º réu.

Pela sentença de fls. 4v., foi o 1.º réu condenado a 5 meses de detenção.

Quanto ao 2.º réu, o ilustre Juiz James Macedônia Franco julgou procedente a denúncia ao art. 19 de Lei de Contravenções Penais, mas deixou de aplicar pena por estar provado que o mesmo agira certo de estar no uso de um direito, **em face das** informações que pediu e **lhe foram dadas** pelo Comando da 3.ª Região Militar.

Considerou o Juiz que, embora o Dr. Dreher alegue a qualidade de Capitão da reserva para justificar o porte de arma, sem licença, tal direito não lhe assiste, como oficial da reserva desconvocado, em situação de inatividade permanente, conforme a definição do art. 5.º, § 2.º, do Estatuto dos Militares, e, portanto, sem qualquer função militar, entregue unicamente às ocupações da vida civil. A faculdade de usar arma, sem licença, é concedida

ao militar, em razão da função. Reconhecido esse direito ao militar da reserva, forçoso seria estendê-lo ao reformado, o que importaria em criar privilégio incompatível com o princípio de igualdade consagrado na Constituição, uma vez que igual direito não é assegurado às autoridades policiais ou aos magistrados, que aposentado ou em disponibilidade.

O acórdão de fls. 7v. confirmou a sentença.

Ficou vencido, em parte, o ilustre Relator, Desembargador Coriolano de Albuquerque, por entender que o Estatuto dos Militares, equipara no art. 5.º os militares da reserva aos da ativa, quanto ao porte de armas. Essa permissão, art. 34, letra *p*, lhes assegura o direito, observa, não é propriamente um privilégio. A lei presume que a arma nas mãos de um oficial, pelo exercício da atividade específica da sua profissão, do mesmo modo que nas mãos de um policial, representa uma garantia para a ordem social, sem necessitar de qualquer outra fiscalização da autoridade civil e, por esta razão, tolera o seu uso.

Arlindo João Dreher recorreu extraordinariamente procurando apoio na alínea *a* do art. 101 n.º III da Constituição (fls. 8v.).

Alega que o acórdão feriu a letra da lei, com distinguir onde a lei não distingue, pois, conforme o seu texto, o porte de armas sem licença é um direito dos militares, sem fazer o preceito distinção entre militares da ativa e inativos.

O recorrente arrazoou (fls. 12 a 15).

E a douta Procuradoria Geral do Estado opinou pela confirmação do acórdão (fls. 16v.).

O eminente Procurador Geral da República emitiu o seguinte parecer (fls. 21):

Entendeu o acórdão recorrido que o recorrente por ser oficial *da reserva* do Exército não tem direito ao porte de arma, regalia que considerava privativa dos oficiais da ativa.

O art. 34, letra *p*, do Estatuto dos Militares (decreto-lei n.º 9.698, de

2-9-1946), dispõe que é um direito dos oficiais militares o porte de arma, não fazendo qualquer distinção entre oficiais da ativa ou da reserva. Acresce que estes estão equiparados aos da ativa pelo art. 5.º do mesmo Estatuto, e as vantagens, regalias e prerrogativas das patentes, estão garantidas pelo artigo 182 da Constituição federal.

Não vemos assim, como não dar razão ao recorrente quando afirma que lhe é assegurado pela lei o porte de arma, em virtude da sua condição de Capitão da Reserva do Exército.

O recurso, pois, é de ser conhecido com fundamento na letra *a*, e somos pelo seu provimento pelos motivos já expostos.

Distrito Federal, 31 de maio de 1951. — *Plínio de Freitas Travassos*, Procurador Geral da República”.

E’ o relatório.

VOTO-PRELIMINAR

O Sr. Ministro Luís Gallotti (Relator) — O Estatuto dos Militares (decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946), dispõe no art. 5.º que, no decorrer de sua carreira, o militar pode encontrar-se na ativa, na reserva ou na situação de reformado.

A seguir, em três parágrafos, o artigo 5.º define as três situações.

E o art. 34, também invocado pelo recorrente, enumerando os direitos dos militares, concede-lhes, no item *p*, o de “porte de **armas**, quando oficial”.

Será esse direito privativo dos oficiais da ativa e dos demais quando convocados, ou estende-se também aos oficiais da reserva ou reformados, integrados na vida civil?

Entendeu a justiça local que a faculdade se restringe aos primeiros. Pugna o recorrente pela sua extensão aos últimos.

Estou em que bem decidiu a justiça local.

Uma consideração parece-me decisiva nesse sentido.

O art. 34, indicando os “direitos dos militares”, contém pelo menos sete

alíneas que não podem ter aplicação aos oficiais em inatividade, a saber:

— a que concede transporte para o militar e família e respectiva bagagem por conta do Estado (letra *e*): a que garante transferência para a reserva, ou reforma (item *g*);

— a que faculta uso privativo dos uniformes — letra *h* (o art. 74 § 1.º, só permite aos militares da reserva o uso dos uniformes por ocasião de cerimônias sociais, militares e cívicas);

— a que confere direito a dispensa de serviço e licença (item *m*);

— a que faculta demissão voluntária e licenciamento do serviço ativo (item *n*);

— a que concede recompensas e férias (item *o*).

Tenho como evidente que se o artigo 34 se referisse a *militares* em sentido amplo, de modo a abranger também os inativos, não incluiria entre suas quinze alíneas, sete, pelo menos, que não podem ter aplicação aos militares em inatividade.

Seria estranho, na verdade, que um artigo de lei assegurasse, por exemplo, a oficiais da *reserva* não incorporados, o exercício da função, dispensa, licenças e férias, e até a transferência para a *reserva*, como se na *reserva* já não estivessem.

Acho que a tanto não desceu o nível de nossa técnica legislativa.

E deve ser sempre evitada a interpretação que conduz ao absurdo.

Acresce que o art. 2.º do Estatuto, definindo a expressão "*militares*", dispõe:

"São militares os brasileiros, incorporados às *Fôrças Armadas*, em situação definida na hierarquia militar".

Assim, o art. 34 quando se refere aos "direitos dos militares", visa os que, segundo a definição do art. 2.º, estejam incorporados às *Fôrças Armadas*, aos quais é possível aplicar o artigo 34 na generalidade de suas alíneas e não apenas algumas delas.

Ora, o recorrente não está incorporado às *Fôrças Armadas* e, portanto, não se lhe aplica o art. 34, letra *p*.

Outro argumento, no mesmo sentido, decorre claramente do disposto no artigo 6.º do Código Penal Militar (decreto-lei 6.227, de 24-1-1944), ao definir os crimes militares em tempo de paz.

Após referir-se, no item 1.º, aos crimes tipicamente militares (deserção, etc.) e, no item 2.º, aos praticados por *militares da ativa ou assemelhados*, o cit. art. 6.º trata, no item 3.º, dos crimes praticados por *civis*, que a Constituição excepcionalmente permite possam ser aforados na Justiça Militar quando cometidos contra as *instituições militares* (art. 108, § 1.º).

E a lei, que nos itens anteriores, não se referira aos *militares da reserva*, ou *reformados*, aí os inclui expressamente, em perfeita *equiparação aos civis*: "os crimes praticados por militar da *reserva*, ou *reformado*, ou por *civil*, contra as instituições militares..."

Temos, aí, portanto, outra afirmação inequívoca do critério do legislador, no sentido de que, para *efeitos penais* (e é destes que aqui se trata), os militares da reserva e os reformados não se equiparam aos militares da ativa e sim aos civis.

O art. 182 da Constituição, *data venãa*, não pode ter, na espécie, invocação pertinente.

Assegura êle as patentes em tôda a plenitude, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados.

E o § 1.º acrescenta que os títulos, pôstos e uniformes militares são privativos do militar da ativa, ou da reserva e do reformado.

Mas, no caso, não se cuida de título, pôsto ou uniforme, nem de qualquer outro direito inerente às patentes. Não há como vincular a estas o direito ao porte de arma sem licença nas atividades da vida civil, direito que é regulado, a bem do interesse coletivo, pela lei ordinária e que esta poderia restringir até mesmo no tocante aos oficiais da ativa quando fora de sua atividade militar.

Nem se diga que, criando a lei ordinária no tocante ao porte de armas uma distinção, entre os oficiais da ativa e inativos, estaria violando o artigo 182 da Constituição.

Este, é certo, assegura plenamente as patentes, com suas vantagens, regalias e prerrogativas, aos oficiais da ativa, da reserva e reformados.

Mas isso não significa que eles estejam em *tudo equiparados*.

Não estão, nem poderiam estar, porque as suas situações são diversas, como resulta da discriminação feita no próprio art. 5.º do Estatuto.

E' óbvio que se garante a cada um a situação jurídica que lhe corresponde, conforme o estatuído na lei.

Tanto não existe a pretendida equiparação total que a Constituição, no art. 182, § 6.º, declara aplicável aos militares o disposto no art. 193. E este manda que os proventos da inatividade sejam revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

Ora, se as vantagens asseguradas aos militares pela Lei Magna, art. 182, devessem ser sempre absolutamente iguais, sem distinção entre os oficiais da ativa e os inativos, nenhuma razão de ser teria aquêlê preceito que manda rever os proventos da inatividade quando forem modificados os vencimentos da atividade. A forçosa equiparação, total ou permanente, como se pretende, tornaria inútil êsse dispositivo.

E' de notar, ainda, que, em face do § 3.º do art. 182, "o militar em *atividade* que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a *reserva*."

Ora, se os direitos do oficial da *reserva* tivessem de ser sempre os mesmos do oficial da *ativa*, a Constituição não precisaria acentuar que os direitos **correspondentes à situação de oficial da reserva** são os "*definidos em lei*".

Por outro lado, quando fôsse possível discrepar da inteligência adotada pela justiça local, para preferir a do voto vencido, não estaríamos em face de um

daqueles erros conspícuos na interpretação do preceito legal, que permitem o cabimento do recurso extraordinário da alínea *a*, por ofensa à letra da lei.

Seria aquela, pelo menos, uma inteligência razoável do texto, a tornar inacolhível o recurso da alínea *a*.

Ofensa à letra da lei haveria, se o invocado art. 34 do Estatuto se referisse a militares, quer ativos, quer inativos, ou se a extensão do preceito a êstes resultasse manifesta do sistema da lei ou do conjunto de suas normas.

Mas isso não ocorre aqui, resultando, ao contrário, legítima a interpretação que foi dada à lei.

Não conheço do recurso.

VOTO-PRELIMINAR

O Sr. Ministro Macedo Ludolf — Sr. Presidente, o eminente Senhor Ministro Relator demonstrou claramente que o porte de armas a que se alude, no caso, é aquêlê uso assegurado ao militar da ativa, porque tal garantia decorre da própria função exercida por óbvias razões condizentes com os princípios de disciplina e hierarquia, cuja defesa carece sempre de ser pronta e absoluta. Fora disso, tratando-se de oficial da reserva, inteiramente fora da vida da caserna, não é possível que a êle se estenda aquela garantia; oficial da reserva não está mais integrado no serviço militar, e, para uso de armas, deve obter autorização de autoridade policial competente. Temos de chegar a esta conclusão, conforme está patente no voto do eminente Sr. Ministro Relator, a quem acompanho.

VOTO-PRELIMINAR

O Sr. Ministro Nelson Hungria — Sr. Presidente, entendo que o dispositivo legal do Estatuto do Militares se refere tão somente aos oficiais da ativa e em serviço ou envergando o uniforme que os caracteriza. Mesmo ao oficial da ativa que despe o seu uniforme e se mistura ao povo, na vida civil, já não assiste a faculdade assegurada pelo referido Estatuto. Muito menos diz tal faculdade com o oficial da reserva.

Estou, pois, de acôrdo com o eminente Sr. Ministro Relator. O official da reserva está integrado na vida civil, equiparado a qualquer outro cidadão.

Não conheço do recurso.

VOTO-PRELIMINAR

O Sr. Ministro Mário Guimarães — Sr. Presidente, estou de pleno acôrdo em não conhecer do recurso. O dispositivo que fala no porte de armas pelos militares e que se interpretou como não distinguindo militares da reserva e da ativa não pode ser assim entendido. O princípio de que, onde a lei não distingue, não é lícito ao intérprete distinguir, sofre, como tôdas as regras de hermenêuticas, muitas exceções.

O Sr. Ministro Nelson Hungria — Está muito desacreditado.

O Sr. Ministro Mário Guimarães — Paulo Batista, que foi um mestre na matéria, dizia que, precisamente, saber distinguir onde a lei não distingue, eis o maior trabalho do intérprete. Aí é que se revela o jurista verdadeiro. E Chironi explica muito bem que, para saber onde devemos distinguir, temos de ver o objetivo da lei. Ora, o objetivo da lei, como mostraram os eminentes colegas, sobretudo o Sr. Ministro Nel-

son Hungria, foi assegurar o prestígio da autoridade militar. Quando o militar está no exercício das suas funções, está fardado, exercitando a função que lhe delegou o povo, aí sim, êle precisa andar armado e deve estar armado. Mas, se deixa as suas funções na ativa e passa para a reserva, converte-se num civil, como qualquer de nós; é elemento que em dia de convocação poderá ser chamado, novamente, às fileiras, como um civil. Desaparece, então, a razão da lei; desaparece também a aplicação da lei.

Não conheço do recurso.

VOTO-PRELIMINAR

O Sr. Ministro Barros Barreto (Presidente) — Não conheço do recurso.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Não teve conhecimento o recurso, por votação unânime.

Deixou de comparecer, o Exmo. Senhor Ministro Ribeiro da Costa, que se acha afastado para ter exercício no Tribunal Eleitoral, sendo substituído pelo Exmo. Sr. Ministro Macedo Ludolf.